



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1013941-92.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto **Procedimento Comum - Planos de Saúde**  
 Requerente: **Milene Mitsuyuki Foschini**  
 Requerido: **Unimed Uberlândia Cooperativa Regional de Trabalho Médico Limitada e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

MILENE MITSUYUKI FOSCHINI, já qualificada, ajuizou AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER c/c TUTELA DE URGÊNCIA, em face de UNIMED UBERLÂNDIA COOPERATIVA REGIONAL DE TRABALHO MÉDIO LIMITADA e UNIMED SÃO CARLOS, também qualificadas, alegando ter, em 01/09/2013, na condição de dependente, aderido ao plano de Assistência Médica Hospitalar através de contrato coletivo empresarial com abrangência nacional, no curso de cuja cobertura teria recebido diagnóstico médico de *membrana neovascular macular do alto míope do olho direito*, doença que levaria o paciente a cegueira, caso não fosse tratada, tendo sido prescrito como única forma de tratamento, conforme relatório médico, injeções mensais intra-vítrea de *antiVEGF*, além da realização de tomografias de coerência ótica – molecular, cuja cobertura restou negada pela ré *Unimed São Carlos* sob a alegação de que a doença da autora não se enquadra nas diretrizes de utilização nº 74 e 69 da Resolução Normativa 387, da ANS, afirmando ainda que face à negativa da ré *Unimed São Carlos*, passou a arcar com tratamentos particulares, já tendo dispendido o valor de R\$4.000,00, sustentando que haveria abusividade na negativa uma vez que a ANS determina que *tomografia de coerência ótica* será arcada pelo plano de saúde quando for utilizada para acompanhamento e confirmação do diagnóstico de patologia retiniana, mostrando-se a negativa como injusta, à vista do que requereu pedido de tutela de urgência a fim de determinar que a ré arque com os custos do tratamento, bem como a indenização por danos morais na monta de 10 salários mínimos, diante desgaste emocional afim de conseguir o referido tratamento, além da restituição dos valores já pagos pelos tratamentos particulares, com correção monetária e somados ao pagamento de ônus de sucumbência e aos honorários advocatícios.

Concedida a tutela de urgência para cobertura do tratamento, a ré *Unimed São Carlos* apresentou contestação alegando, em preliminar, ilegitimidade de parte, uma vez que a autora não é beneficiária da mesma, e sim da *Unimed Uberlândia*, sendo totalmente independentes e desvinculadas as cooperativas integrantes do sistema Unimed, afirmando, entretanto, ter entrado em contato com a requerida *Unimed Uberlândia*, a qual teria atestado que, diante do deferimento da tutela antecipada, teria autorizado a realização do tratamento e dos exames periódicos pela autora solicitados, postulando que, em relação aos danos morais requeridos, a autora não teria comprovado eventuais sofrimentos emocionais causados por esta ré, requerendo que seja a *Unimed São Carlos* retirada da presente ação, uma vez que não é parte legítima.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A ré *Unimed Uberlândia Cooperativa Regional de Trabalho Medico LTDA* não apresentou contestação, tendo o seu prazo para tanto transcorrido em branco.

A autora replicou alegando, em relação a ilegitimidade, que teria se utilizado de serviços prestados pela ré contestante e que, portanto, todas as autorizações, requerimentos e outras tratativas teriam sido realizadas através dela, sendo necessário que ambas rés sejam julgadas pela má prestação de serviço, reiterando, assim, os termos da inicial.

É o relatório.

DECIDO.

Possível o julgamento antecipado do pedido, na forma do art. 355 do CPC, porque a matéria é exclusiva de direito e não há necessidade de produção de outras provas além das já existentes nos autos.

Preliminarmente, a ré *Unimed São Carlos* alegou ser parte ilegítima para figurar no polo passivo dos presentes autos.

A *Unimed* constitui entidade única, subdividida em diversas outras, haja visto o uso do mesmo nome comercial “Unimed” e logotipo comum, de forma a passar essa imagem aos consumidores, como uma maneira de conquistar maiores adesões. Contudo, havendo subdivisão, esta será matéria do interesse de cada pessoa jurídica no que tange a eventuais reembolsos. Ademais, o Código de Defesa do Consumidor consagrou a responsabilidade solidária dos fornecedores e prestadores de serviço que integram a cadeia de consumo, visando melhor recomposição dos prejuízos eventualmente suportados pelo consumidor, parte hipossuficiente da relação de consumo, conforme artigos 12 e 14 do CDC. Assim, não como negar que há relação de reciprocidade e colaboração entre as cooperativas que integram o Sistema Unimed, podendo os usuários de suas contratadas utilizar-se da rede credenciada das outras, por encontrarem-se em área geográfica diversa de sua abrangência, como no presente caso, em que a requerida *Unimed São Carlos* intermediou as tratativas referentes ao tratamento pleiteado pela autora, sendo patente a legitimidade daquela para figurar no pólo passivo da demanda.

Nesse sentido é o entendimento do STJ: *RECURSO ESPECIAL - PLANO DE SAÚDE - NEGATIVA DE COBERTURA - DEFEITO DO PRODUTO - LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM - UNIMED DA FEDERAÇÃO ORIGINALMENTE CONTRATADA PELO SEGURADO - RECURSO PROVIDO*. 1. As Operadoras de Planos de Assistência à Saúde ofereceram um Plano Privado de Assistência à Saúde (produto), que será prestado por profissionais ou serviços de saúde, integrantes ou não de rede credenciada, contratada ou referenciada, visando a assistência médica, hospitalar e odontológica (prestação de serviço). 2. A não autorização para a realização do exame laboratorial caracteriza o fato do produto, pois, além do vício (não autorização para a realização do exame laboratorial), nos termos do entendimento uníssono desta Corte, o comportamento abusivo por parte da operadora de Plano de Saúde, extrapolando o simples descumprimento de cláusula contratual ou a esfera do mero aborrecimento, é ensejador do dano moral. 3. Defeituoso o Plano Privado de Assistência à Saúde (produto), a responsabilidade-legitimidade é da Operadora de Planos de Assistência à Saúde com quem o Segurado o adquiriu (artigo 12 do CDC). 4. Recurso



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*especial provido.* (cf. REsp nº 1140107 PR 2009/0162954-9, - 3ª turma - 04/04/2011)

Também: *"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PLANO DE SAÚDE. UNIMED. CONTRADIÇÃO INEXISTENTE. UNIMED PORTO ALEGRE E UNIMED PAULISTANA. COOPERATIVA MÉDICA DE ABRANGÊNCIA NACIONAL. SERVIÇO PRESTADO PELA CO-IRMA. LEGITIMIDADE PASSIVA MANTIDA. DESACOLHIMENTO COM EXPLICITAÇÕES. UNÂNIME. Desacolheram os embargos de declaração, com explicitações."* Unânime. (cf. Embargos de Declaração nº 70047747399 – TJRS - 31/05/2012).

Fica, portanto, afastada a preliminar de ilegitimidade.

Conforme se vê do documento médico de fl. 32, a autora, de fato, padece de *membrana neovascular alto miope*, com recomendação expressa de *injeção intra-vitrea de anti-VEGF e tomografia de coerência óptica (OCT)* (vide atestado de fl. 52).

Em circunstâncias tais, nos termos do enunciado da Súmula nº 102 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a conduta da ré acaba por implicar em abuso frente ao direito do autor, valendo à ilustração a transcrição do verbete: *"havendo expressa indicação médica, é abusiva a negativa de cobertura de custeio de tratamento sob o argumento da sua natureza experimental ou por não estar previsto no rol de procedimentos da ANS"* (cf. Ap.º 1024863-05.2014.8.26.0554 - 7ª Câmara de Direito Privado TJSP - 26/01/20160).

Há que se destacar, ainda, que em se tratando de contrato de plano de saúde privado, as normas que regerão sua execução não se restringem ao Direito Privado, atento a se cuidar aí de típica relação de consumo, com o que a preferência à norma especial, de natureza pública, do Código de Defesa do Consumidor.

Também aplicável à hipótese o disposto pela Súmula nº 96 do mesmo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, segundo a qual *"Havendo expressa indicação médica de exames associados a enfermidade coberta pelo contrato, não prevalece a negativa de cobertura do procedimento"*.

Nesse sentido, o precedente jurisprudencial: *"Plano de saúde – Ação de obrigação de fazer – Negativa de cobertura para tratamento de câncer com radioterapia na modalidade IMRT, por falta de inclusão no rol da ANS – Inadmissibilidade – Aplicação da Súmula 102 do Tribunal de Justiça – Cabe ao médico especialista eleger o tratamento mais conveniente à cura do paciente e não ao plano – Sentença mantida – Recurso improvido"* (cf. Ap. nº 1024863-05.2014.8.26.0554 - 7ª Câmara de Direito Privado TJSP - 26/01/2016<sup>1</sup>).

Também: *Ação cominatória com pedido de tutela antecipada e indenização por danos morais e materiais. Plano de Saúde. Autor portador de câncer de próstata. Tratamento médico. Indicação de radioterapia com a técnica de IMRT. Recusa de cobertura. Alegação de que o procedimento não está listado na resolução da ANS. Irrelevância. Exclusão de cobertura contratual. Abusividade - art. 51, IV e §1º, II, do CDC. Súmula 102 do TJ/SP"* (cf. Ap. nº 1016240-53.2014.8.26.0100 - 7ª Câmara de Direito Privado TJSP - 05/02/2015<sup>2</sup>).

À vista dessas considerações, é de rigor concluir que a negativa da ré em

<sup>1</sup> <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/resultado>

<sup>2</sup> [www.esaj.tjsp.jus.br](http://www.esaj.tjsp.jus.br).


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

fornecer o tratamento prescrito por médico como o mais indicado para a autora mostra-se abusivo e carente de amparo legal, cumprindo-nos acolher a demanda no que tange ao custeio integral do *tratamento quimioterápico com antiogênico* através de injeções mensais *intra-vítrea de antiVEGF* e de *tomografia de coerência óptica (OCT)* em favor da autora.

Em consequência disso, as despesas efetuadas pela autora para custeio do procedimento a ela prescrito e cuja realização foi negada pela ré, devem ser ressarcidas.

Em relação ao dano moral, caracterizando-se como aquele que "*lesiona a esfera personalíssima da pessoa (seus direitos de personalidade), violando, por exemplo, sua intimidade, vida privada, honra e imagem, bens jurídicos tutelados constitucionalmente*" (Gagliano, Pablo Stolze; Novo curso de direito civil, volume III, Ed. Saraiva, 2008, p. 55), não se nos afigura presente, cumprindo-nos concluir, com o máximo respeito ao entendimento do autor, se tenha aqui um dissabor e aborrecimento próprio da relação contratual, não devendo dar ensejo à reparação por dano moral.

Conforme define a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, "*Segundo a doutrina pátria, 'só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo'*" (REsp nº 844736/DF, Relator Ministro Luis Salomão, j. 27/09/2009).

Diga-se ainda, que a na necessidade do provimento judicial para concretização da obrigação contratual não é fato caracterizador do dano moral indenizável.

Nesse sentido, aliás, é a jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo: *PLANO DE SAÚDE - Negativa de cobertura - Procedimento neurocirúrgico - Autora necessitou ajuizar ação cominatória com pedido de antecipação de tutela, que fora concedida - Apelo cinge-se à questão dos danos morais - Dano moral não caracterizado na espécie - A ré custeou integralmente as despesas com o procedimento da autora - Recusa baseada em cláusula contratual que demanda intervenção do Poder Judiciário, para ser interpretada ou considerada abusiva, não configura dano moral - Meros dissabores - Sentença mantida - Recurso improvido"* (cf. Ap. nº 0116722-94.2012.8.26.0100 - 1ª Câmara de Direito Privado do TJSP - 15/10/2013).

No mesmo sentido: "*DANOS MORAIS - Plano de saúde - Alegada dificuldade do autor em obter autorização, por parte do plano de saúde, para realização de cirurgia de urgência - Tutela antecipada concedida, posteriormente confirmada na sentença - Necessidade de acionar o Poder Judiciário para alcançar a pretensão, por si só, não configura dano moral indenizável - Sucumbência recíproca caracterizada - Sentença mantida - Recurso improvido"* (cf. Ap. nº 0060857-05.2012.8.26.0224 - 1ª Câmara de Direito Privado do TJSP - 26/11/2013).

Ainda: "*Apelação Cível. Ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos morais. Plano de saúde. (...) Ausente o dever da operadora de plano de saúde de pagar indenização por danos morais. A operadora do plano de saúde tem direito de discutir a respeito da interpretação das cláusulas contratuais. A mera discussão quanto à interpretação de cláusula contratual de plano de saúde não gera dano moral sujeito à indenização. Está caracterizado apenas um aborrecimento. Apelação não*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

provida" (cf. Ap. nº 0.099.365-86.2007.8.26.0000 - 8ª Câmara de Direito Privado do TJSP - 02-03-2011).

A ação fica, portanto, acolhida em parte, impondo à ré *Unimed São Carlos* a obrigação de custear o tratamento de *quimioterápico com antiogênico* através de injeções mensais *intra-vítrea de antiVEGF* e de *tomografia de coerência óptica (OCT)* em favor da pessoa da autora, tornando definitiva tutela de urgência concedida, o que deverá ser observado em caso de interposição de recurso de apelação.

Na medida em que não houve atendimento à determinação da antecipação da tutela, aplico multa pecuniária no o valor de R\$ 1.000,00 por dia.

Acolhida em parte a demanda, cumprirá às rés arcarem com o pagamento do equivalente a 2/3 do valor das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, ficando o restante 1/3 a cargo da autora.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação, em consequência do que CONDENO as rés UNIMED SÃO CARLOS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO a custear em favor da autora MILENE MITSUYUKI FOSCHINI tratamento *quimioterápico com antiogênico* através de injeções mensais *intra-vítrea de antiVEGF* e de *tomografia de coerência óptica (OCT)*, mantida a medida que antecipou a tutela, a qual perdurará até o trânsito em julgado desta sentença, fixando multa no valor de R\$ 1.000,00 por dia de descumprimento, bem como CONDENO às rés a restituírem para a autora a importância de R\$ 4.000,00, com correção monetária e juros moratórios, estes contados a partir da citação inicial e CONDENO as rés ao pagamento do equivalente a 2/3 do valor das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, ficando o restante 1/3 a cargo da autora.

São Carlos, 29 de junho de 2017.

Vilson Palaro Júnior  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI  
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**